

O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: entre teorias, práticas e metodologias

Luane Michelle Carvalho Costa¹

¹ Discente no programa de Pós-graduação em Estudos Culturais e Políticas Públicas-UNIFAP. Formanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional-UNINTER, Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Participante do grupo de pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas-UNIFAP e do grupo GETFS - Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Formação e Sociabilidade- UNINTER.
Email: professoraluanemichelle@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem a finalidade de apresentar algumas discussões sobre a importância do ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental, em que a participação do pedagogo enquanto professor regente em sala de aula é essencial para um ensino de história significativo, utilizando as teorias, práticas e metodologias que valorizem e reconheçam o aluno como ser histórico-cultural e autônomo. Um ser totalmente capaz de produzir e reproduzir saberes de maneira reflexiva, crítica e de forma consciente e participativa. No escopo do trabalho apontam-se questões sobre o ensino da história, do conhecimento histórico e as bases normativas e curriculares para o ensino de história nos anos iniciais. Além de reflexões sobre as práticas pedagógicas e a ação de um professor transformador. Como suporte teórico-metodológico utilizou-se documentos oficiais: BNCC (2017); LDBEN nº 9394/1996; PCNs (1997) e alguns teóricos que abordam sobre a temática. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio da análise e revisão crítica de literatura, que permitiu constatar que, no ensino de história, nos anos iniciais, ainda predomina práticas e metodologias docentes com algumas limitações e em padrões tradicionais, implicando no desenvolvimento de um ensino de história significativo. Este artigo é um recorte do trabalho de conclusão do curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Internacional- UNINTER.

Palavras-chave: Anos iniciais. Aprendizagem Significativa. Ensino de História. Professor Transformado.

The teaching of history in the early years of fundamental education: between theories, practices and methodologies

Abstract

This article has the purpose of presenting some discussions about the importance of history in the early years of fundamental teaching, in that the participation of the pedagogue as a regent teacher in the classroom is essential for a meaningful history teaching, using theories, practices and methodologies that value and recognize everyone as a historical-cultural and autonomous being. To be fully capable of producing and reproducing knowledge in a reflective, critical, and conscious, and participatory manner. I do not set out the work on questions about or teaching history, historical knowledge, and the normative and curricular bases for the teaching of history in our early years. Also of reflections on the pedagogical practices and the action of a transforming teacher. As theoretical-methodological support, I used official documents: BNCC (2017); LDBEN No. 9394/1996; PCNs (1997) and some theorists who address the subject. It is about qualitative research, carried out through the analysis and critical review of literature that allows verifying that not in history but the early years it still predominates teaching practices and methodologies with some limitations and in traditional patrons, implying no development of history but history significant. This article is cut out of the complete work of the Second Bachelor's Degree in Pedagogy at the International University Center - UNINTER.

Keywords: Early Years. Meaningful Learning. History Teaching. Transformed Teacher.

INTRODUÇÃO

Muito tem se falado sobre a educação escolar, questionado sua efetividade na escola, na família e na sociedade. A educação sempre foi pauta de discussões no Brasil, no sentido de discutir, analisar e refletir sobre uma educação emancipadora ao indivíduo que busca na escola a educação formal. Nesse sentido, a escola deve auxiliar na formação de um ser humano autônomo e que contribua na promoção de uma sociedade mais crítica, reflexiva, humanizada e igualitária.

O ensino de História nos anos iniciais, que compreende do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, deveria ser prazeroso e estimulante para o aluno conhecer a própria identidade, a história do Brasil, do mundo, a cultura, os atores do processo histórico e toda a diversidade cultural, econômica, política, religiosa e social existente no país. Porém, na maioria das vezes, se torna entediante, desestimulante por conta das metodologias e práticas pedagógicas utilizadas por alguns professores, que, por muitas vezes, reproduzem os conteúdos como se fossem prontos e acabados, limitando o ensino da disciplina e esquecendo que a História é construída ao longo do tempo. Para a compreensão da citada disciplina, é necessário reconhecer os alunos como seres sociais, históricos e pensantes, capazes de produzir saberes e não só reproduzir os conteúdos apresentados.

Nos tempos atuais, repensar a forma de ministrar as aulas de História nos anos iniciais no ensino fundamental se faz necessário, bem como discutir e analisar conceitos, teorias, práticas e metodologias, passos essenciais para conhecer e reconhecer formas de ensinar. Assim, como para construir e desenvolver um ensino de história significativo, em que o aluno esteja no centro do processo juntamente com o professor, promovendo uma relação dialógico-dialética entre o professor e o aluno como se fosse uma via de mãos duplas, em que ambos aprendem (FREIRE, 2004).

Nessa perspectiva de aprendizagem significativa, transformadora e emancipadora, que este trabalho tem o objetivo de identificar, analisar e discutir a importância do ensino de História para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. Parte-se da seguinte questão-problema: quais teorias, práticas e metodologias contribuem na promoção de um ensino de História significativo?

A metodologia está pautada no levantamento e seleção de material bibliográfico por meio da revisão crítica de literatura sobre o assunto, sendo a abordagem da pesquisa qualitativa. O objetivo é identificar e compreender os objetivos, os conceitos, as estratégias e argumentos apresentados nos documentos oficiais que regem e administram o ensino de História nos anos iniciais. A pesquisa se embasa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96); Base Nacional Comum Curricular-BNCC (2017); Parâmetro Curricular Nacionais-PCN's (1997) e em alguns teóricos que abordam e discutem a temática.

2. O ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental: entre teorias, práticas e metodologias

Atualmente, no âmbito educacional, muito se tem discutido sobre o ensino fundamental que é a segunda etapa da educação básica no país, o qual tem a duração de 9 anos, compreendendo duas fases. A primeira fase corresponde aos anos iniciais do 1º ao 5º ano, que é contemplado na análise deste artigo, e a segunda compreende aos anos finais do 6º ao 9º ano de ensino. Cada uma dessas fases tem seus desafios e suas características distintas.

A Constituição Federal de 1988 fixou que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa” (BRASIL, 1988, art. 205). Desta maneira, as leis e todos os documentos oficiais regulamentam e orientam a funcionalidade e todas as ações da área da educação no ensino fundamental, propondo

aos estabelecimentos de ensino do país o direcionamento para a formação de sujeitos em cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN de 1996, com o ensino institucional na transmissão do conhecimento, fixaram as finalidades do ensino fundamental no art. 32 com o objetivo de formar o cidadão, a partir de:

I- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL,1996).

A prioridade em desenvolver a linguagem e a escrita dos alunos, torna, muitas vezes, o ensino de história menos relevante no âmbito escolar, às vezes ficando em segundo plano, pois o processo de inserção do aluno no mundo da leitura e escrita é fundamental para a compreensão da vida em sociedade. Desta forma, o ensino de história predominante ainda em algumas escolas é o da tendência tradicional, em que o professor é o transmissor dos conhecimentos e o aluno é um ser passivo, pois é o docente que está no centro do processo educativo. Por isso, o ensino de História precisa ser reconhecido e valorizado, uma vez que, por meio dele, se conhecem as histórias do mundo e possibilita-se às crianças os conhecimentos de que são sujeito histórico-cultural e capazes de intervir em sua realidade de vida. Portanto, o ensino de História nos anos iniciais deve ser trabalhado em harmonia com as demais áreas do conhecimento, mas deve ser desenvolvido nas instituições educacionais como um ensino significativo.

2.1 O ensino da História e o conhecimento histórico

O ensino da História nos anos iniciais permite o auto reconhecimento do aluno como ser histórico capaz de produzir e reproduzir ações e conhecimentos. Um dos principais objetivos do ensino de história, segundo a Base Nacional Comum Curricular:

é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (BRASIL, 2017).

Fonseca (2009, p. 62) afirma que o reconhecimento da criança como sujeito histórico é porque “as crianças não apenas estão na história, mas fazem história, são sujeitos, logo cidadãos” e precisamos “combater as posições autoexcludentes por meio de atividades que propiciem o autoconhecimento da criança, a compreensão do “eu” como sujeito produtor de história e saberes”.

A utilidade do estudo da História é necessária para a formação intelectual, social, cultural e afetiva dos alunos. Assim como “o conhecimento histórico tem que ser tratado como uma forma de pensar”, propiciando situações que permitam “indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço” (BRASIL, 2017). O ensino de História e do conhecimento histórico busca uma compreensão de mundo. Nessa perspectiva, Fonseca afirma que:

A História busca compreender a diversas maneiras como homens e mulheres vivem e viveram, como pensam e pensaram suas vidas e a de suas sociedades, nos diferentes tempos e espaços. Ela permite

que as experiências sociais sejam vistas como **constante processo transformação**, um processo que assume formas diferenciadas, produto da ação dos próprios homens. O estudo da História é fundamental para perceber o movimento e a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços. Por isso, a História nos ensina a ter respeito pela diferença, contribuindo para o entendimento do mundo em que vivemos e também do mundo em que gostaríamos de viver (FONSECA, 2009. p. 51).

A compreensão das mudanças ocorridas no passado permite ampliar o entendimento do presente, assim, orientando ações nas perspectivas de transformação para o futuro.

2.2 Bases normativas e curriculares para o ensino de História

O estudo de “História deve ser entendida como uma questão da sociedade brasileira, ao conquistar a cidadania, assume seu direito de lugar e voz, e busca no conhecimento de sua História o espaço de construção de sua identidade” (BRASIL, 1997, p.4-5). A LDBEN indica aos estabelecimentos de ensino a definição dos conteúdos curriculares por meio da Base Nacional Comum Curricular. No componente de História é preciso garantir aos educandos o desenvolvimento de competências específicas. Segundo a BNCC, as competências devem ser:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.

3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.

6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.

7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BRASIL, 2017).

A Diretriz Curricular Nacional (DCN) como guia orientador dos currículos de ensino nos estados e municípios, juntamente com a base nacional comum para o ensino fundamental devem ocorrer de forma integrada, possibilitando “sintonia dos interesses mais amplos de formação básica do cidadão com a realidade local, as necessidades dos alunos, as características regionais da sociedade, da cultura e da economia” (BRASIL, 2010b, p. 4). Assim, os PCN’s propõem que os conteúdos nos anos iniciais do ensino fundamental devem:

[...] partir da história do cotidiano da criança, em seu tempo e espaço específicos [...] incluindo contextos históricos mais amplos, partindo do tempo presente e denunciando a existência de tempos passados, e modos de vida e costumes diferentes dos que conhecemos, sempre os relacionando ao

tempo presente e ao que a criança conhece, para que não fique apenas no abstrato (BRASIL, 1997).

Não devem priorizar os conteúdos que se baseiam apenas na memorização sem sentido, sem conceitos e significados ou desvinculados da realidade social dos alunos. A escola tem papel fundamental em relação à garantia da aprendizagem dos alunos com significado social.

2.3 Do passado ao presente: reflexões sobre o ensino de História

As transformações no mundo ocorrem rapidamente e o ensino de História, por muitas vezes, consiste em uma abordagem tradicional que permanece de diversas formas atualmente. Consistiu-se na transmissão de ideias selecionadas e organizadas logicamente como conhecimento puro e acabado, promovido nas escolas como verdade absoluta e que não seria possível modificá-lo. Aprender História, nessa perspectiva:

significa montar uma tabela na qual podemos relacionar nomes, eventos, datas, além de decorar esses dados para uma eventual aprovação nos exames. Isso não significa compreender, analisar, comparar ou discutir, significa apenas memorizar (VASCONCELOS, 2012, p. 72-73).

No contexto atual de ensino, percebe-se que as práticas de muitos professores ainda se espelham no modelo tradicional, não só no ensino de História, mais assim como nas outras disciplinas das áreas do conhecimento. Níveis de ensino tem resquícios de uma educação centralizadora, que nega um diálogo reflexivo, crítico, participativo e que está centrada em “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (FREIRE, 2005, p.68). Ou seja, o aluno nesse modelo tradicional em sala de aula é um mero espectador, ouvinte de uma aprendizagem crua e decorativa.

O mundo passa por uma multiplicidade de transformações, a política, a economia, a cultura, a sociedade, as ciências científicas e filosóficas têm se desenvolvido a cada dia com o processo de globalização, e com essas mudanças surge à necessidade do professor de transformar e adaptar as formas de ministrar o ensino de História em sala de aula, pois ele é a principal ferramenta de acesso ao conhecimento pelo aluno.

2.4 Repensando as práticas pedagógicas no ensino de história: a aprendizagem significativa e o professor transformador

O ensino de História nos anos iniciais está atrelado à área da pedagogia na figura do pedagogo, que é o profissional que atua em várias áreas da educação. Desta forma, o pedagogo precisa conhecer e compreender o seu papel como agente de transformação social e contribuir para uma educação com uma perspectiva mais dialógica, dinâmica, progressista e problematizadora em que o aluno possa participar ativamente no processo educacional.

O aluno constrói o conhecimento por meio da interação com o meio, e a oferta de materiais concretos, jogos, brincadeiras, músicas, dinâmicas, dramatizações, criação e contação de histórias em quadrinhos, visitas a museus, parques, praças, centros históricos e a ambientes que propicie ao aluno o conhecimento de forma criativa, participativa e estimuladora, saindo de uma aula monótona e oral, para uma aula dinâmica, interativa que associe a teoria e prática.

A proposta de metodologia de Ensino de História que valoriza a problematização, a análise crítica da realidade, concebe alunos e professores como sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo, são pessoas, **sujeitos históricos, que cotidianamente atuam, transformam, lutam e resistem-nos diversos espaços de vivências:** em casa, no trabalho, na escola, [...] Essa concepção de ensino e aprendizagem facilita a revisão do conceito de cidadania abstrata, pois ela

nem é apenas herdada via nacionalidade, nem liga-se a um único caminho de transformação política. Ao contrário de restringir a condição de cidadão a de mero trabalhador e consumidor, a cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência (FONSECA, 1993, p. 18, grifo nosso).

Essas ações propostas pelo professor contribuem para o processo de formação social, psicológica e cultural dos alunos, pois o caráter lúdico associado a situações-problema envolve o aluno no processo de internacionalização de conceitos de forma prazerosa, ampliando a imaginação, estimulando o raciocínio, a concentração e explorando as percepções de confiança e cooperação. Esse processo de aprendizagem significativa permite uma transformação do ser humano, segundo Rogers (2001, p. 59):

A aprendizagem significativa [...] é mais do que uma acumulação dos fatos. É uma aprendizagem que provoca uma modificação, que seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolher ou nas suas atitudes e personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimento, mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência.

O pedagogo é o agente de transformação necessário para uma educação significativa, é ele que está, cotidianamente, com o aluno em sala de aula, executando o planejamento educacional e promovendo a modificação cognitiva, cultural e social do aluno. Sendo assim, um professor transformador é:

Um educador, que se preocupe com que **a sua prática educacional esteja voltada para a transformação**, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente. Cada passo de sua ação deverá estar marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação. A avaliação, neste contexto, terá de ser uma atividade racionalmente definida,

dentro de um encaminhamento político e decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social. (LUCKESI, 1998, p. 46, grifo nosso).

Desta forma, o professor é o responsável, no ambiente educacional, pela promoção de uma aula que permita aos educandos uma transformação do pensar, do agir e do ser, utilizando metodologias e práticas que estimulem e despertem no aluno o interesse em conhecer, compreender todo o processo histórico e cultural que a sociedade constrói a cada dia. Nesse sentido, este é o professor transformador.

3. Considerações finais

Diante do que foi exposto, neste estudo, sobre o ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental, percebe-se que a educação, desde o seu surgimento, passa por constantes transformações e adaptações, buscando alcançar um ensino de qualidade por meio de políticas públicas voltadas para a formação educacional dos indivíduos. Os documentos oficiais que regem e normatizam o ensino de História nos anos iniciais propõem aos alunos na área do conhecimento de História um ensino para a compreensão de seu ambiente social, dos sujeitos e suas ações no tempo e no espaço. Os documentos citados propõem às escolas a promoção, por meio do ensino, da formação de cidadãos que sejam capazes de conviver harmonicamente em sociedade.

Nas análises dos textos, foi possível identificar algumas barreiras que impedem a promoção de um ensino significativo e a compreensão da importância estimada ao ensino de História nos anos iniciais. Essas barreiras estão relacionadas a não aplicabilidade pelo educador e pela comunidade escolar de processos emancipatórios e constitutivos na formação dos sujeitos. Essas dificuldades devem-se ao processo de negligenciamento pelo docente na promoção dos conhecimentos de História em um modelo progressista,

problematizador de forma dinâmica, lúdica e interativa no ambiente educacional. Na maioria das vezes, ele reproduz práticas e metodologias de tendência tradicional, limitando o processo ensino-aprendizagem de forma significativa.

Desta forma, alcançando os objetivos da pesquisa sobre a importância do ensino de História para os alunos nos anos iniciais do ensino fundamental. A importância encontra-se na formação de um cidadão crítico, reflexivo, participativo, reconhecido como um ser histórico, cultural, que reconheça e valorize sua identidade, sua história, sua memória e suas representações e que seja totalmente capaz de (re)produzir saberes, de interpretar e intervir em sua própria realidade. E cabe ao professor a promoção de uma aprendizagem significativa, pois lhe cabe o papel de agente de transformação social. É necessário que estejam disponíveis para sair do óbvio, da zona de conforto e buscarem a ousadia e o entusiasmo como um docente que cria e recria metodologias, inovando suas práticas pedagógicas e reconheça seu aluno como ser ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Referências

BRASIL. Constituição (1998). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out.1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

_____. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/.2017>>. Acesso em 03 de março de 2020.

_____. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[\[scola/leis/lein9394.pdf\]\(http://portal.mec.br/seed/arquivos/pdf/tve_scola/leis/lein9394.pdf\)>. Acesso em 02 de abril de 2020.](http://portal.mec.br/seed/arquivos/pdf/tve</p></div><div data-bbox=)

_____. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História**. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Entrevista com Paulo Freire: a educação neste fim de século. In M. Gadotti, **convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**, São Paulo, Cortez Editora, 1998.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 5. Ed. São Paulo: Martins, 2001.

VASCONCELOS, José Antônio. **Metodologias do ensino de História**. Curitiba: InterSaberes. 2012.

